



CONTADOR

PROVAS	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	01 a 10
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	11 a 20
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	21 a 50

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

ATENÇÃO: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Sou o chão que se prende à tua casa.

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

- 1 Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se houver algum defeito dessa natureza, peça ao aplicador de prova para entregar-lhe outro exemplar.
- 2 Este caderno contém **50 questões** objetivas. Cada questão apresenta **quatro** alternativas de resposta, das quais apenas **uma** é correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta que julgar correta.
- 3 O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique-o ao aplicador de prova.
- 4 Preencha integralmente um alvéolo por questão, rigorosamente dentro de seus limites e sem rasuras, utilizando caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA fabricada em material transparente. Dupla marcação implica anular a questão.
- 5 Esta prova terá a duração de **quatro** horas, incluídos nesse tempo os avisos, a coleta de impressão digital e a transcrição para o cartão-resposta.
- 6 Iniciada a prova, você somente poderá retirar-se do ambiente de realização da prova após decorridas **duas** horas de seu início e mediante autorização do aplicador de prova. Somente será permitido levar o caderno de questões após **três** horas do início das provas, desde que permaneça em sala até esse instante. É vedado sair da sala com quaisquer anotações antes deste horário.
- 7 Os três últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer no recinto, sendo liberados após a entrega do material utilizado por eles e terão seus nomes registrados em Relatório de Sala, no qual irão apor suas respectivas assinaturas.
- 8 Ao terminar sua prova entregue, obrigatoriamente, o cartão-resposta ao aplicador de prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto 1 para responder às questões de 01 a 08.

Texto 1

O muro de Berlin visto de baixo

Uma balada do poeta alemão Theodor Fontane (1819-1898) narra a história de um velho e generoso nobre, o sr. von Ribbeck. No pomar de von Ribbeck, na cidade de Ribbeck, havia uma pereira frondosa, cujos frutos maduros ele distribuía às crianças pobres, no outono. Dizem os versos de Fontane que o previdente velho, cujo herdeiro era um avaro, antes de morrer pediu para ser enterrado junto com uma pera.

O filho, conforme o velho von Ribbeck imaginara, deixou de distribuir as frutas do pomar, mas três anos depois da sua morte, a pera que com ele descera ao túmulo germinou para se transformar numa árvore, em meio ao cemitério. Os meninos e as meninas pobres, então, passaram a colher as frutas desta pereira mítica, ouvindo os sussurros fantasmagóricos do finado.

A balada de Fontane foi o pretexto para o surgimento de um verdadeiro culto às pereiras em Ribbeck, a 40 km de distância de Berlim, no território da ex-Alemanha Oriental. Em 1990, depois da queda do Muro de Berlim, uma caravana de abastados alemães-ocidentais pôs-se a caminho da cidadezinha.

A bordo de seus reluzentes e possantes automóveis, que provocavam olhares arregalados nos camponeses locais, levavam uma muda de pereira para plantar na cidade. E como a provar que sua generosidade não se destinava, como a do velho nobre da balada de Fontane, só ao futuro, levavam também, para consumo imediato, centenas de litros de cerveja e sopa de ervilhas, quilos de salsichas, centenas de canetas esferográficas, e – por que não? – caixas e mais caixas de aguardente de pera, para distribuir aos camponeses pobres do Leste.

O momento de encontro entre os generosos e consumistas ocidentais e os orientais endurecidos pelas décadas de opressão do regime comunista é o pretexto para o escritor alemão Friedrich Christian Delius colocar-se na pele de um camponês de Ribbeck.

“As Peras de Ribbeck”, que acaba de ser lançado em versão portuguesa, é um longo monólogo anônimo. À maneira do poema de Fontane (que está na primeira página do livro), é também uma longa balada – só que em prosa. De um só fôlego vão se desenrolando, como numa anamnese psicanalítica, os infundáveis ciclos de opressão e de sofrimento a que este personagem anônimo, seus familiares, vizinhos e antepassados foram sujeitos ao longo dos últimos séculos.

O texto tem a monotonia das liturgias e o poder sugestivo do discurso oral. Da opressão feudal à guerra franco-prussiana; da invasão sueca à ascensão de Hitler; da vitória dos russos sobre o nazismo à implantação do comunismo alemão-oriental, e deste à chegada dos abastados irmãos do Oeste, são

gerações de vítimas que desfilam, num dramático, porém sincero, rio de lamúrias.

Com tal passado nas costas, não espanta que as generosas oferendas dos ocidentais e as benesses prometidas pela sociedade de consumo sejam recebidas com grande desconfiança. E não surpreende que o personagem anônimo não possa conceber seu futuro senão como uma continuação da desastrosa sequência de sofrimentos das gerações passadas. Ao colocar monólogo na boca de um “eu” coletivo, polifônico, Delius retoma um recurso já usado pelos trágicos gregos: o coro, que tradicionalmente representa a voz do bom senso, da moderação, a vox populi.

O livro chega ao leitor brasileiro com atraso, quando muito do impacto dos acontecimentos nele registrados já se perdeu. Mas é uma obra literária que se autossustenta e não depende de “reforços” externos. Vem numa tradução de primeira qualidade, que proporciona ao leitor de língua portuguesa um excelente contato com a nova literatura alemã.

KRAUSZ, LUIS S. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs020329.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

— QUESTÃO 01 —

Com base nas ideias desenvolvidas ao longo do texto, a palavra “balada” no primeiro parágrafo se refere contextualmente a

- (A) uma poesia narrativa de caráter épico que também apresenta traços da oralidade.
- (B) uma peça musical escrita que alterna partes declamadas lentamente.
- (C) um espaço dramático ambientado à noite, relacionado à dança e ao consumo de bebida alcoólica.
- (D) um relatório científico a respeito do comportamento humano em situação de vulnerabilidade.

— QUESTÃO 02 —

Que fato confirma a qualificação de o sr. von Ribbeck como um homem previdente?

- (A) A distribuição de peras durante o outono.
- (B) A colheita das peras do cemitério por pessoas carentes.
- (C) A queda do Muro de Berlin.
- (D) A associação de seu nome à filantropia.

— QUESTÃO 03 —

No trecho, “Da opressão feudal à guerra franco-prussiana; da invasão sueca à ascensão de Hitler; da vitória dos russos sobre o nazismo à implantação do comunismo alemão-oriental”, no sétimo parágrafo, o emprego da crase está relacionado à delimitação

- (A) de fatos históricos.
- (B) dos espaços físicos.
- (C) de modos de realização.
- (D) do tempo cronológico.

— **QUESTÃO 04** —

A intertextualidade é um importante recurso de progressão temática do texto de Krausz e se estabelece através da

- (A) citação.
- (B) metonímia.
- (C) tradução.
- (D) paráfrase.

— **QUESTÃO 05** —

Quanto ao sentido, o enunciado “passaram a colher as frutas desta pereira mítica, ouvindo os sussurros fantasmagóricos do finado”, no segundo parágrafo, auxilia na produção do efeito de

- (A) denúncia social.
- (B) desabafo político.
- (C) mistério.
- (D) alerta.

— **QUESTÃO 06** —

Segundo o texto 1, o texto de Delius se diferencia formalmente do texto de Fontane porque “As Peras de Ribbeck”

- (A) é uma espécie de sermão religioso.
- (B) foi escrito em prosa.
- (C) apresenta diálogos sem identificação.
- (D) foi escrito originalmente em língua portuguesa.

— **QUESTÃO 07** —

Na sequenciação das ideias no texto, a construção “e - por que não?”

- (A) introduz uma contraexpectativa.
- (B) recupera literalmente uma ideia anterior.
- (C) nega a informação seguinte.
- (D) resume todas as ideias do parágrafo.

— **QUESTÃO 08** —

Qual é a temática do texto de Delius?

- (A) A pronta generosidade dos alemães do Oeste.
- (B) A necessidade de se esquecer um passado de opressão.
- (C) A reunificação alemã do ponto de vista dos oprimidos.
- (D) A repetição dos fatos históricos ao longo do tempo.

Leia o texto 2 para responder à questão 09.

Texto 2



Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/album/2013/11/09/relembre-em-25-fotos-a-queda-do-muro-de-berlim.ht>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

— **QUESTÃO 09** —

Quanto à imagem retratada, o texto 2 apresenta a queda do muro de Berlin como uma

- (A) ação política, irresponsável e sem limites.
- (B) ação histórica decorrente da força física.
- (C) pequena fenda cuja transposição é impossível.
- (D) grande vitória, sem distinção de vencido ou vencedor.

Releia os textos 1 e 2 e responda à questão 10.

— **QUESTÃO 10** —

Qual importante consequência da queda do Muro de Berlin, tratada no texto 1, é enfatizada na imagem representada no texto 2?

- (A) A disseminação do capitalismo em toda a Alemanha.
- (B) A livre circulação de pessoas entre as áreas ocidental e oriental da capital alemã.
- (C) O conhecimento do passado de opressão vivido pelos alemães.
- (D) O predomínio da sociedade de consumo.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

— QUESTÃO 11 —

Em consonância com o teor da Lei Complementar n. 010/2005, que dispõe sobre a adequação do Regime Próprio de Previdência Social de Aparecida de Goiânia, ocorre a perda da condição de segurado nas seguintes hipóteses:

- (A) falecimento; remoção; licença para fins particulares; interrupção do recolhimento das contribuições por 3 (três) meses consecutivos.
- (B) falecimento; recebimento de licença-saúde; exoneração após processo administrativo disciplinar; interrupção do recolhimento das contribuições.
- (C) falecimento; exoneração ou demissão; cassação de aposentadoria ou de disponibilidade; interrupção do recolhimento das contribuições.
- (D) falecimento; redistribuição; cassação de aposentadoria; interrupção do recolhimento das contribuições.

— QUESTÃO 12 —

Os segurados do APARECIDAPREV, elencados no art. 7 da Lei Complementar n. 014/2006, para efeitos do Plano de Custeio, serão subdivididos nos Grupos 1 e 2. O Grupo 2 será composto de

- (A) segurados ativos e seus dependentes, quando beneficiários de pensão, não referenciados no Grupo 1, que completarem os requisitos necessários para a entrada em gozo de benefício previdenciário a partir de 01/01/2017; bem como todos os segurados efetivados no Município que ingressarem após a entrada em vigor desta Lei.
- (B) segurados inativos e pensionistas atuais que estejam em gozo de benefícios previdenciários concedidos pelo Regime de Previdência dos Servidores do Município de Aparecida de Goiânia.
- (C) segurados ativos que completarem os requisitos necessários para entrar em gozo de benefício previdenciário de aposentadoria e seus dependentes, que entrarem em gozo de pensão por morte até 31/12/2016.
- (D) segurados ativos e inativos que completarem os requisitos necessários para entrar em gozo de benefício previdenciário de aposentadoria, independentemente de formalizarem o requerimento administrativo perante o órgão competente.

— QUESTÃO 13 —

Conforme a Lei Complementar n. 011/2005, os proventos de aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que

- (A) modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividades.
- (B) modificar a remuneração dos servidores que tenham ingressado no serviço público até 16 de dezembro 1998.
- (C) modificar a remuneração dos servidores ativos, não sendo permitido estender aos aposentados quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividades.
- (D) modificar a remuneração dos servidores que tenham ingressado no serviço público a partir de 16 de dezembro 1998.

— QUESTÃO 14 —

Segundo a Lei Orgânica do Município de Aparecida de Goiânia, a ação administrativa do Poder Executivo será organizada segundo os critérios de

- (A) descentralização, eficiência e produtividade.
- (B) descentralização, isonomia e razoabilidade.
- (C) descentralização, regionalização e participação popular.
- (D) isonomia, razoabilidade e proporcionalidade.

— QUESTÃO 15 —

A Lei Orgânica do Município de Aparecida de Goiânia relaciona os tributos de competência municipal no art. 86. Dentre os tributos arrolados no referido artigo, tem-se:

- (A) a contribuição social sobre o lucro líquido, cobrada de seus servidores, para o custeio do sistema de previdência.
- (B) a contribuição previdenciária, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistema de previdência e assistência social.
- (C) a contribuição social para financiamento da seguridade social, cobrada de seus servidores, para o custeio do sistema de previdência e assistência.
- (D) o programa de integração social e o programa de formação do patrimônio do servidor público, cobrados de seus servidores para o custeio do sistema de previdência.

— QUESTÃO 16 —

De acordo com o art. 78, parágrafo 9 da Lei Complementar n. 10/2005, alterado pela Lei Complementar n. 22/2009, o Plano de Custeio do APARECIDAPREV será revisto, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial, periodicamente, a cada

- (A) trimestre.
- (B) bimestre.
- (C) semestre.
- (D) ano.

— QUESTÃO 17 —

O Decreto n. 221/2016 alterou o art. 80 da Lei Complementar n. 10/2005 no que tange às alíquotas de contribuições previdenciárias. Conforme a mencionada alteração, a alíquota contributiva previdenciária total deverá ser de

- (A) 22,50%, sendo 11,50% a parte total do ente, e a parte total contributiva do servidor de 11,00%.
- (B) 22,50%, sendo 11,00% a parte total do ente, e a parte total contributiva do servidor de 11,50%.
- (C) 22,00%, sendo 11,00% a parte total do ente, e a parte total contributiva do servidor de 11,00%.
- (D) 23,00%, sendo 11,50% a parte total do ente, e a parte total contributiva do servidor de 11,50%.

— QUESTÃO 18 —

Em observância ao teor do Decreto n. 4.942/2003, que regulamenta o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime da previdência complementar, operado pelas entidades fechadas, o autuado poderá apresentar defesa à Secretaria de Previdência Complementar, contado da data do recebimento da notificação, no prazo de

- (A) 5 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 20 dias.

— QUESTÃO 19 —

O Decreto n. 4.942/2003 estabelece que a autoridade competente para julgar o auto de infração é o Secretário de Previdência Complementar. Conforme teor do referido decreto, a decisão-notificação trata-se de

- (A) documento destinado ao registro de ocorrência de infração praticada no âmbito do regime da previdência complementar, operado pelas entidades fechadas de previdência complementar.
- (B) instrumento utilizado por qualquer pessoa física ou jurídica para noticiar, perante a Secretaria de Previdência Complementar, a existência de suspeita de infração às disposições legais ou disciplinadoras das entidades fechadas de previdência complementar.
- (C) documento pelo qual uma autoridade ou órgão do poder público, ao tomar ciência de irregularidade praticada no âmbito da entidade fechada de previdência complementar ou de seus planos de benefícios, comunica o fato à Secretaria de Previdência Complementar em relatório circunstanciado, para registro e apuração.
- (D) documento pelo qual se dá ciência ao autuado do resultado do julgamento do auto de infração.

— QUESTÃO 20 —

O conceito doutrinário de dependência econômica previdenciária enuncia como dependente aquele que vivia às expensas do segurado. Além do referido conceito, sabe-se que, para ser considerado dependente econômico, o sujeito deve estar inserido no rol da legislação específica. No art. 9, parágrafo 9, da Lei Complementar n. 10/2005 tem-se como presumida a dependência econômica

- (A) dos irmãos não emancipados, menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos.
- (B) do cônjuge, da companheira ou companheiro e do filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos, ou inválido.
- (C) dos pais e irmãos não emancipados, menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos.
- (D) do cônjuge, dos pais e do filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos, ou inválido.

Conhecimentos Específicos

CONTADOR

— QUESTÃO 21 —

Em conformidade com a legislação, os procedimentos contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão observar o previsto

- (A) no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional.
- (B) no Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC, editado pela FIECAFI.
- (C) na Instrução Normativa n. 1599/2015 e suas implicações, publicada pela Receita Federal do Brasil.
- (D) na Lei Federal n. 13.303/2016 e no conceito de *compliance*, estabelecida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

— QUESTÃO 22 —

A Instrução de Procedimentos Contábeis n. 09 – Registro dos Ganhos e das Perdas na Carteira de Investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em relação às premissas utilizadas, determina que, quanto aos aspectos patrimoniais, os ganhos e as perdas são reconhecidos, respectivamente, por meio de

- (A) RCO (receita corrente orçamentária) e DCO (despesa corrente orçamentária).
- (B) RCF (receita de custos fiscais) e DCF (despesa de custos fiscais)
- (C) APA (atos potenciais ativos) APP (atos potenciais passivos)
- (D) VPA (variação patrimonial aumentativa) e VPD (variação patrimonial diminutiva).

Para responder à questão 23 considere D (débito) e C (crédito) e que o lançamento possui natureza de informação: controle.

— QUESTÃO 23 —

O ingresso de recursos nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), no valor de R\$ 10.000,00, será contabilizado da seguinte maneira

- (A) D-6.2.1.1.0.00.00 – Receita a realizar – R\$ 10.000,00; C – 6.2.1.2.0.00.00 – Receita realizada – R\$ 10.000,00.
- (B) D-7.2.1.1.0.00.00 – Controle da disponibilidade de recursos – R\$ 10.000,00; C-8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por destinação de recursos – R\$ 10.000,00.
- (C) D-1.1.4.1.1.xx.xx – Investimentos e Aplicações Temporárias a curto prazo (F) – R\$ 10.000,00; C-6.2.1.1.0.00.00 Receita a realizar – R\$ 10.000,00.
- (D) D-8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por destinação de recursos – R\$ 10.000,00; C-1.1.1.1.1.xx.xx – Caixa e Equivalentes de Caixa em moeda nacional (F) – R\$ 10.000,00.

— QUESTÃO 24 —

Em relação aos limites legais de contribuição previdenciária aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), as contribuições sobre os proventos dos segurados aposentados e sobre as pensões observarão a alíquota

- (A) definida pelo Ministério da Previdência Social (MPS).
- (B) definida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- (C) igual à aplicada ao servidor ativo do respectivo ente federativo.
- (D) igual à aplicada ao servidor inativo da União e dos Estados.

— QUESTÃO 25 —

Manter e aprimorar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e o processo de registro padronizado dos atos e fatos da administração pública é uma competência da

- (A) Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda (STN).
- (B) Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).
- (C) Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).
- (D) Superintendência de Seguros Privados (SUPEP).

— QUESTÃO 26 —

Para emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), a Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPS) examinará o cumprimento, entre outros, do seguinte critério e exigência:

- (A) vinculação, por meio de lei, de servidores titulares de cargo efetivo ao Regime Geral de Previdência Social.
- (B) manutenção de contas bancárias destinadas aos recursos financeiros do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) distintas das contas do tesouro do ente federativo.
- (C) adoção do regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como regime jurídico único de trabalho para os pensionistas.
- (D) divulgação do montante das vinculações orçamentárias e financeiras, relação e valor contábil das obrigações, direitos e lucros acumulados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Para responder às questões 27 e 28, considere D (débito) e C (crédito).

— QUESTÃO 27 —

Considere o seguinte lançamento:

- D-Fornecedores R\$ 500,00
- D-Despesas Financeiras R\$ 100,00
- C-Banco Conta Movimento R\$ 300,00
- C-Títulos a Pagar R\$ 300,00

Esse lançamento caracteriza um fato contábil

- (A) modificativo aumentativo.
- (B) misto aumentativo.
- (C) misto diminutivo.
- (D) modificativo diminutivo.

— QUESTÃO 28 —

O fato contábil oriundo de uma operação de recebimento de duplicatas no valor de R\$ 100,00, com juros de 20%, será lançado no livro diário da seguinte forma (D-débito e C-crédito):

- (A) D-Caixa R\$ 120,00; C-Duplicatas a receber R\$ 100,00 e C-Juros Ativos R\$ 20,00.
- (B) D-Duplicatas a receber R\$ 100,00; D-Juros Passivos R\$ 20,00 e C-Caixa R\$ 120,00.
- (C) D-Caixa 100,00; D-Duplicatas a receber R\$ 20,00; C-Juros Ativos R\$ 120,00.
- (D) D-Duplicatas a receber \$ 120,00; C-Caixa R\$ 100,00; C-Juros Passivos R\$ 20,00.

— QUESTÃO 29 —

Os serviços de utilidade pública são passíveis de delegação do poder público e podem ser exercidos pelas entidades públicas ou entidades privadas, por meio da concessão, autorização e

- (A) cessão.
- (B) sucessão.
- (C) permissão.
- (D) transmissão.

— QUESTÃO 30 —

Considere que o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás pretenda premiar as melhores monografias sobre o tema: Controle Externo na Administração Pública. A modalidade adequada de licitação para esse evento é:

- (A) concorrência.
- (B) concurso.
- (C) tomada de preços.
- (D) leilão.

— QUESTÃO 31 —

Na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a aquisição de bens imóveis é uma variação patrimonial qualitativa a ser evidenciada na Demonstração Contábil denominada de

- (A) Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (B) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- (C) Balanço Orçamentário.
- (D) Balanço Social.

Para responder às questões 32 e 33, considere os dados apresentados, a seguir, referentes ao exercício financeiro de X1 de uma determinada prefeitura municipal: Receita Prevista R\$ 600.000,00; Receita Arrecadada R\$ 615.000,00; Despesa Fixada R\$ 600.000,00; Despesa Empenhada R\$ 592.500,00; Despesa Liquidada R\$ 580.000,00 e Despesa Paga R\$ 562.500,00.

— **QUESTÃO 32** —

No exercício financeiro de X1, a prefeitura apresentou, em reais, um superávit na execução orçamentária de

- (A) 15.000,00
- (B) 22.500,00
- (C) 35.000,00
- (D) 52.500,00

— **QUESTÃO 33** —

No exercício financeiro de X1, a prefeitura apresentou, em reais, uma economia orçamentária de:

- (A) 37.500,00
- (B) 20.000,00
- (C) 12.500,00
- (D) 7.500,00

— **QUESTÃO 34** —

Um dos objetos de fiscalização dos tribunais de contas é a aplicação dos recursos obtidos com a receita de capital oriunda da

- (A) remuneração dos servidores.
- (B) cessão dos riscos fiscais.
- (C) apuração de custos financeiros.
- (D) alienação de ativos.

— **QUESTÃO 35** —

O projeto de lei de diretrizes orçamentárias deve ser elaborado pelo Executivo e seu envio ao Legislativo deve ocorrer

- (A) antes do projeto da lei orçamentária.
- (B) após aprovada a lei orçamentária.
- (C) durante a execução orçamentária.
- (D) simultâneo à instrução orçamentária.

— **QUESTÃO 36** —

Os índices de atividade revelam a velocidade com que determinados elementos do ativo rotacionam durante o exercício. Qual é o índice que indica quantos dias a empresa leva para vender seus estoques?

- (A) Prazo médio de renovação de estoques.
- (B) Giro de estoques.
- (C) Margem operacional de estoques.
- (D) Ciclo financeiro de estoques.

— **QUESTÃO 37** —

Fatos contábeis são acontecimentos que provocam alterações qualitativas e/ou quantitativas no Patrimônio de uma entidade. A Emissão de Debêntures com ágio é considerado um fato

- (A) modificativo.
- (B) permutativo.
- (C) misto.
- (D) gerencial.

— **QUESTÃO 38** —

Qual é o método de depreciação que resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere?

- (A) Unidades produzidas.
- (B) Linear.
- (C) Saldos decrescentes.
- (D) Produção esperada.

— **QUESTÃO 39** —

A perda de valor, decorrente da exploração de direitos, cujo objeto seja recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração, é denominada de

- (A) desgaste.
- (B) amortização.
- (C) depreciação.
- (D) exaustão.

Considere o balanço patrimonial a seguir para responder às questões de 40 a 43.

Balanço Patrimonial em 31/12/2016 – Empresa OXX

Ativo		Passivo	
Circulante	R\$	Circulante	R\$
Bancos	11.500,00	Fornecedores	96.000,00
Clientes	18.000,00	Empréstimos	62.000,00
Estoques	138.000,00	Impostos a pagar	15.000,00
Não Circulante		Não Circulante	
Investimentos	20.000,00	Empréstimos	40.000,00
Imobilizado	183.500,00	Patrimônio Líquido	
Intangível	20.000,00	Capital Social	160.000,00
		Reserva de Capital	18.000,00
Total	391.000,00	Total	391.000,00

— QUESTÃO 40 —

Em 31/12/2016, o índice de liquidez seca foi de

- (A) 0,14
- (B) 0,17
- (C) 0,77
- (D) 0,97

— QUESTÃO 41 —

O índice de liquidez corrente da empresa foi de

- (A) 0,97
- (B) 1,05
- (C) 1,29
- (D) 1,84

— QUESTÃO 42 —

O índice de liquidez imediata é de

- (A) 0,05
- (B) 0,07
- (C) 0,10
- (D) 0,11

— QUESTÃO 43 —

O valor do capital de terceiros da empresa OXX, em reais, é de

- (A) 102.000,00
- (B) 178.000,00
- (C) 213.000,00
- (D) 391.000,00

— QUESTÃO 44 —

De acordo com a NBC TA 610, o auditor independente deve ler os relatórios da auditoria interna relativos ao trabalho que planeja utilizar para obter entendimento da natureza e extensão dos procedimentos executados e as

- (A) ameaças à objetividade da auditoria interna.
- (B) restrições impostas pela administração da entidade.
- (C) percepções sobre a independência do trabalho de auditoria.
- (D) constatações dos auditores internos.

— QUESTÃO 45 —

O planejamento do trabalho da Auditoria Interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, visando definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, em consonância com as diretrizes estabelecidas

- (A) pelo comitê de auditoria.
- (B) pelo órgão consultivo.
- (C) pela administração da entidade.
- (D) pela controladoria da empresa.

— QUESTÃO 46 —

Qual é a análise que objetiva avaliar o aumento ou a diminuição dos valores que expressam os elementos patrimoniais ou do resultado, em uma determinada série histórica de exercícios?

- (A) Horizontal.
- (B) Vertical.
- (C) Operacional.
- (D) Financeira.

— QUESTÃO 47 —

A NBC TA 330 (R1) estabelece que a forma e a extensão da documentação de auditoria é uma questão de julgamento profissional e são influenciadas pela

- (A) efetividade das afirmações da administração.
- (B) finalidade dos procedimentos substantivos.
- (C) classe de transações da governança corporativa.
- (D) natureza, porte e complexidade da entidade.

— QUESTÃO 48 —

O controle interno sob o enfoque contábil compreende o conjunto de recursos, métodos, procedimentos e processos adotados pela entidade do setor público, com a finalidade de

- (A) contribuir para validação da efetividade das classes de transação da entidade.
- (B) propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada.
- (C) estimular as realizações das concessões de serviço público.
- (D) promover as organizações sociais regidas por contrato de gestão.

— QUESTÃO 49 —

A situação dinâmica do patrimônio é representada pela demonstração do resultado do exercício, que evidencia as variações patrimoniais ocorridas em um determinado período. Um exemplo de transação que aumenta o Patrimônio Líquido é:

- (A) o recebimento de duplicata com desconto.
- (B) a venda de imobilizado abaixo do custo de aquisição.
- (C) o recebimento de duplicata com juros.
- (D) a venda de bens pelo preço de custo.

— QUESTÃO 50 —

No setor público, o princípio de Controle Interno que estabelece o acompanhamento dos fatos contábeis, financeiros e operacionais, objetivando que sejam efetuados mediante atos legítimos, é denominado de

- (A) instruções devidamente formalizadas.
- (B) determinação de responsabilidade.
- (C) aderência às normas legais.
- (D) controles sobre as transações.

— RASCUNHO —